

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.801 - RS (2019/0063530-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**
RECORRIDO : **CLAUDIA MEDIANEIRA CRUZ RODRIGUES**
ADVOGADOS : **CLÁUDIO SANTOS DA SILVA - DF010081**
: **FRANCIS CAMPOS BORDAS E OUTRO(S) - RS029219**
: **ADRIANE KUSLER - RS044970**
: **MAURO BORGES LOCH - RS066815**
: **RAQUEL BORGES LOCH - RS081306**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 208):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DOCENTE. PROGRESSÃO FUNCIONAL. EFEITOS FINANCEIROS RETROAGEM À DATA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS.

Os efeitos financeiros devem ser fixados na data do ato que ocorrida a efetiva promoção, e não na data da conclusão da avaliação ou na data do requerimento administrativo.

Os embargos de declaração da autarquia foram rejeitados (e-STJ, fls. 228-231).

Sustenta a recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 1.022 do CPC/2015.

No mérito, alega, em suma, a ofensa aos arts. 5º da Lei n. 11.344/2006; 12, § 3º, da Lei n. 12.772/2012; e 485, VI, do CPC/2015, sob o argumento de que os efeitos financeiros da progressão de carreira estão condicionados à prévia aprovação em avaliação de desempenho por comissão especialmente designada para esse mister.

Argumenta que, mesmo anteriormente à Lei n. 12.772/2012, a avaliação de desempenho era requisito legal para a progressão na carreira.

Aduz ainda a ausência de pretensão resistida no período anterior ao requerimento administrativo.

Por fim, salienta contrariedade ao art. 85, § 11, do CPC/2015, por terem sido majorados os honorários mesmo com a procedência parcial do recurso de apelação.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 256-277.

Petição do Ministério Público Federal sem manifestação sobre o mérito

(e-STJ, fls. 298-301).

É o relatório.

Inicialmente, no que tange à suscitada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifico que a parte insurgente não logrou êxito em demonstrar objetivamente os pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos.

É fundamental que o recorrente desenvolva os argumentos que demonstrem a relevância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios, bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua relevância para o deslinde da causa não supre a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO

Superior Tribunal de Justiça

ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

Quanto ao mérito, o Tribunal de origem reconheceu o direito da recorrida aos efeitos financeiros retroativos da progressão funcional, pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 204):

A parte autora é detém o cargo de magistério superior e obteve promoção funcional, tendo a instituição de ensino ré reconhecido o preenchimento dos requisitos respectivos. Porém, entende que os efeitos financeiros são a partir da homologação administrativa e não da implementação das condições. É essa a celeuma.

A questão não é nova nesta Corte. Há muito se decide que o marco inicial é da data que o docente atendeu às condições para sua promoção, porquanto é este o momento que surge o direito, cuja natureza é constitutiva.

O requerimento administrativo apenas chancela a implementação dos requisitos.

A posição firmada no acórdão recorrido se encontra em dissonância com a jurisprudência dominante desta Corte, segundo a qual o termo inicial dos efeitos financeiros da progressão funcional é a data do requerimento administrativo.

Nesse sentido, com adaptações:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CARREIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA. PROGRESSÃO FUNCIONAL. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL DO SERVIDOR A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. No caso, em relação à violação apontada ao art. 54 da Lei 9.784/1999, verifico que o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual a Administração Pública possui o prazo de 5 (cinco) anos para rever os atos dos quais decorram efeitos favoráveis ao administrados, salvo comprovada má-fé.

2. No mais, o entendimento manifestado pela Corte de origem se alinha à diretriz desta Corte Superior, de que o termo inicial do pagamento das diferenças

Superior Tribunal de Justiça

salariais referentes à progressão funcional por titulação é a data do requerimento administrativo, uma vez que é nessa ocasião que a Administração toma conhecimento do fato ensejador do benefício.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.791.826/RN, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/2/2019, DJe 30/5/2019)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO. TERMO INICIAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO DO SERVIDOR DESPROVIDO.

1. O termo inicial do pagamento das diferenças salariais referentes à progressão funcional decorrente de conclusão de curso de pós graduação é a data do requerimento administrativo. Nesse sentido: EDcl nos EDcl no REsp. 1.359.716/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 27.5.2014.

2. Agravo Interno do Servidor desprovido.

(AgInt no REsp 1.406.603/SC, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 7/3/2018)

A avaliação funcional pela comissão especial e a portaria concessiva da progressão possuem, portanto, efeito meramente declaratório de direito pré-existente.

No tocante aos honorários, a irrisignação da recorrente procede.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que apenas é devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Segunda Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017).

Assim, como houve parcial procedência do recurso de apelação, incabível a majoração dos honorários na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015.

A propósito:

HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, §11, DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO NA ESPÉCIE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. HIPÓTESE DE RECURSO NÃO CONHECIDO INTEGRALMENTE OU DESPROVIDO, MONOCRATICAMENTE OU PELO ÓRGÃO COLEGIADO COMPETENTE.

ACÓRDÃO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA

Superior Tribunal de Justiça

83/STJ.

1. O STJ assentou o entendimento de que é devida a majoração de verba honorária sucumbencial, nos termos do artigo 85, §11, do CPC/2015, quando presentes os seguintes requisitos de forma simultânea: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

2. No caso dos autos, "o acórdão deu provimento ao recurso da Fazenda do Estado para julgar improcedente a ação, reformando o édito singular de parcial procedência. Não há na hipótese majoração de honorários anteriormente fixados, e sim, nova fixação".

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.797.912/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 21/5/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, IV e V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, II e III, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe parcial provimento para reconhecer como termo inicial da condenação a data do requerimento administrativo e para afastar os honorários recursais arbitrados no acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator